

ENSINO-APRENDIZAGEM NA PERSPECTIVA HUMANISTA DE ROGERS: o papel das políticas públicas nos últimos anos do ensino fundamental

Marilene Lucof¹

Resumo: O Humanismo de Carl Rogers prega que as pessoas são ativas e criativas, com tendência atualizante em direção ao pleno funcionamento, conforme recebem consideração positiva. O objetivo desse artigo é descrever o papel das políticas públicas no processo de ensino-aprendizagem dos alunos de 7º, 8º e 9º ano do Ensino Fundamental, a partir da perspectiva Humanista de Carl Rogers. A metodologia utilizada é a revisão bibliográfica de caráter descritivo e exploratório. O artigo aborda o processo de ensino-aprendizagem na perspectiva humanista, destacando a existência de escolas humanistas e evidenciando conceitos relevantes dentro da teoria de Carl Rogers, como a pessoa em pleno funcionamento, congruência e incongruência, estima ou consideração positiva, aprendizagem significativa; a infância enquanto período de estruturação do self, passível de crises de identidade e busca do eu; e então ressalta-se a importância dos últimos anos do ensino fundamental (7º, 8º e 9º ano) como etapa crucial no desenvolvimento pessoal escolar e entrada no Ensino Médio, que pressupõe atividades mais adultas. Por fim, ressalta-se o papel das políticas públicas no processo de ensino-aprendizagem de adolescentes, pois esta possui o poder através das orientações possibilitando o melhor desenvolvimento de uma educação humanista.

Palavras-chave: Adolescência. Educação humanista. Políticas públicas

Teaching-learning from the perspective of Rogers's Humanism: the teacher's role in the final years in basic education

Abstract: The Carl Rogers's Humanism teaches that people are active and creative, with actualizing tendency for a full operation, given a positive consideration. The aim of this paper is to describe the teacher's role in the teaching-learning process of students from 7th, 8th and 9th grade of elementary school, from the Humanist prospect of Carl Rogers. The methodology used is the literature review of descriptive and exploratory. The article is divided into three parts: first, addresses the process of teaching and learning in humanistic perspective, highlighting the existence of humanist schools and showing relevant concepts within the theory of Carl Rogers, as the person in full operation, congruence and incongruence, esteem or positive regard, and meaningful learning. The second section deals the teenager as self structuring period, subject to an identity crisis and search of "me"; and then points out the importance of the last years of elementary school (7th, 8th and 9th grade) as a key step in personal and school development and entry into the high school, which requires more adult activities. Finally, he emphasizes the teacher's role in the teaching-learning process of the teenagers, because this teacher motivates her students through a positive esteem, encouragement, and possibilities of self-assessment.

Keywords: Adolescence. humanistic education . Public policy

¹ Graduada em Psicologia e Pedagogia. Mestranda em Educação Inclusiva pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. E-mail para contato: marilucof@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Segundo Schultz e Schultz (2008), o Humanismo é um sistema de pensamento bastante otimista, que analisa o desenvolvimento do homem considerando seus interesses e valores, bem como a interação com as outras pessoas e a estima decorrente dessa relação. Tem sua inspiração na civilização greco-romana, a qual valorizada o saber, o autoconhecimento, e a importância da cultura para desenvolver as potencialidades humanas. Como corrente filosófica, surgiu na época da Renascença, e buscava valorizar o ser humano e a condição humana. Porém, sua dimensão pedagógica e psicológica despontou recentemente, em 1930, quando Gordon Allport publicou uma teoria motivacional no qual dava ênfase à importância da aceitação e da motivação.

Seguindo seus estudos, Carl Rogers (1974), teorizou sobre a personalidade humana e chegou ao que hoje se chama de “abordagem humanista”, a qual abrange principalmente a força das aspirações humanas. Nesse abordagem, o ser humano é visto como consciente, crítico, detentor de seu livre-arbítrio e capaz de realizar todo o seu potencial. Rogers, especificamente, define uma pessoa auto-realizada como “em pleno funcionamento”, pois era capaz de explorar ao máximo as suas capacidades. Sua terapia era sempre centrada na pessoa, e se realizava a partir da empatia e do que se chama “consideração positiva incondicional” (Schultz, Duane apud Schultz, Ellen 2008).

Mas havendo tanta liberdade e possibilidade de auto-desenvolvimento, é possível promover a educação, da forma como a concebemos? A resposta para tal questão evidencia a justificativa para se realizar essa pesquisa: os estudos sobre o tema são escassos e a formação dos educadores pouco abrange esse conhecimento.

A ligação entre teorias psicológicas e pedagógicas ocorreu apenas na segunda metade do século XX, estudando os dois extremos da prática escolar: as dificuldades de aprendizagem e atrasos escolares, e os casos de altas habilidades esuperdotação. O objetivo era de capacitar os mais habilidosos, e encontrar maneiras de compensar os atrasados, especialmente aproveitando suas capacidades para inserir os alunos no mercado de trabalho (Cassins et al., 2007).

Hoje em dia, o espaço escolar sofreu diversas mudanças, e, conforme propõe a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o objetivo da escola é

promover um desenvolvimento global do estudante, capacitando-o para a vida em sociedade e para a cidadania, através do ensino das ciências e do conhecimento científico, pensamento filosófico e artístico (Cassins et al., 2007). Nesse sentido, a Teoria Humanista parece ser uma ótima abordagem para ser incorporada em sala de aula.

Logo, o objetivo sobre o qual se desenvolve a presente pesquisa é: em uma abordagem humanista, qual o papel das políticas públicas no processo de ensino-aprendizagem, com os alunos dos últimos anos do Ensino Fundamental. Desscrevendo o papel das políticas públicas no processo de ensino-aprendizagem dos alunos de 7º, 8º e 9º ano do Ensino Fundamental, a partir da perspectiva humanista de Carl Rogers.

A metodologia utilizada é a revisão bibliográfica de caráter descritivo exploratório. Procuraram-se livros e pesquisas que abordam o tema, visando sistematizar um referencial teórico consistente. Este foi complementado com discussões qualitativas a partir da base de dados da SciELO (Scientific Electronic Library On-line), utilizando os descritores “Humanismo e Educação”, “Educação Humanista”, “Carl Rogers e a Educação” e “Carl Rogers e adolescência” para evidenciar os aspectos mais relevantes para responder ao problema proposto.

Os resultados encontrados são divididos em três seções: primeiro, aborda-se o processo de ensino-aprendizagem na perspectiva humanista, destacando a existência de escolas humanistas e evidenciando conceitos relevantes dentro da teoria de Carl Rogers, como a pessoa em pleno funcionamento, congruência e incongruência, estima ou consideração positiva, e a aprendizagem significativa. Na segunda seção, aborda-se a infância enquanto período de estruturação do self, passível de crises de identidade e busca do eu; e então ressalta-se a importância dos últimos anos do ensino fundamental (7º, 8º e 9º ano) como etapa crucial no desenvolvimento pessoal e escolar e entrada no Ensino Médio, que pressupõe atividades mais adulta.

1 O processo de Ensino-aprendizagem na perspectiva humanista

O processo de ensino-aprendizagem compreende diversas teorias, métodos,

técnicas e conhecimentos, abrangendo o desenvolvimento escolar, o estudo do desenvolvimento humano, as funções psicológicas, a importância da motivação, quais metodologias devem ser utilizadas para que os alunos tenham acesso aos conhecimentos, entre outros temas. Segundo Cassins et al. (2007, p.9):

O campo da educação vem sendo estudado, respeitando-se a história [...] bem como suas principais características: a responsabilidade de ensino das matérias de conhecimento (línguas, matemática, ciências etc.), a tarefa da transmissão, o cultivo das experiências humanas, valores, princípios, e, conseqüentemente, também responsável pelo progresso e desenvolvimento de nossa sociedade.

Para os autores, a primeira consideração a se fazer sobre o processo de ensino-aprendizagem é que: a escola não atua sozinha, mas através de uma parceria entre alunos, professores, funcionários, familiares, profissionais que acompanham os alunos dentro e fora do ambiente escolar, e de toda a comunidade na qual a escola está inserida. Deve haver uma contextualização dos conteúdos, pois só assim é possível torná-los significativos (Cassins et al., 2007).

Portanto, é imprescindível, no mínimo, diversificar as estratégias de ensino-aprendizagem durante o processo educacional, uma vez que elas potencializam a aprendizagem e permitem que o estudante ultrapasse os limites pessoais e sociais e conquiste mais êxito escolar (Sasaki et al., 2014, p.79).

Segundo Araújo e Vieira (2013), as propostas humanistas foram incorporadas à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/94), além da Constituição da República Federativa do Brasil e também no Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI da UNESCO. Seu objetivo é “resgatar o respeito pelo ser humano” (ibidem., p.98), dando ênfase à relação professor-aluno, a qual é fundamental para que haja uma aprendizagem significativa.

A teoria de Rogers foi um destaque para o campo da educação, pois enfatiza “as relações humanas” e “o sujeito como um processo contínuo de desenvolvimento” (Araújo, Vieira, 2013, p.98).

Atualmente, há diversas escolas baseadas exclusivamente na teoria humanista. A mais conhecida é a Escola da Ponte, localizada a 30km da cidade do Porto, em Portugal. Trata-se de uma escola pública fundada em 1976, na qual não há séries ou ciclos, e os estudantes se organizam em grupos conforme seus interesses, portanto, há um currículo aberto, preocupado com os interesses e

habilidades dos alunos, valorizando sua vontade de aprender sobre diversos assuntos (Pacheco, 2004).

Para Pacheco (2004), uma escola humanista é aquela que valoriza o desejo de aprendizado dos alunos. Obviamente, os alunos precisam passar por processos específicos, portanto existem núcleos de aprendizagem: a iniciação, que exige tutoria, aprendizagem das regras de convivência e compromisso com a própria aprendizagem; um período de consolidação para que o estudante aprenda a gerenciar de forma autônoma os conteúdos que deseja aprender (respeitando o currículo nacional do ensino básico); e por fim o aprofundamento, que é a fase em que os adolescentes podem gerenciar completamente suas atividades.

No presente trabalho, evidenciou-se a segunda fase, de consolidação, que marca o final do ensino básico e representa, como o próprio nome sugere, a possibilidade de o aluno gerenciar os conteúdos escolares de forma mais livre, destacando seus possíveis interesses (Duarte, 2012).

No Brasil, algumas escolas do estado de São Paulo apresentam uma iniciativa parecida, como a Escola Projeto Âncora, a Escola Desembargador Amorim Lima, entre outras, as quais aboliram a divisão por séries e desenvolveram aulas mais dinâmicas, englobando no currículo as aulas de danças, circo, jardinagem etc. (Duarte, 2012).

Entretanto, tratam-se de iniciativas isoladas, pois o próprio Ministério da Educação e a LDB, embora ressaltem a importância da teoria humanista, também exigem a divisão por série e a presença de avaliações, e estabelecem determinados conteúdos escolares que devem ser repassados nas escolas em cada período letivo. Segundo Duarte (2012), é preciso adaptar-se a essa realidade, e buscar o que mais se aproxima da proposta de Carl Rogers.

Sendo assim, para que haja aprendizagem, em uma perspectiva humanista, deve haver um ambiente facilitador, no qual o professor desenvolve uma didática centrada na pessoa, enfatizando que o ensino-aprendizagem pressupõe uma relação (professor-aluno) de respeito mútuo, no qual o professor dá ao aluno “condições favoráveis para desenvolver seu potencial intelectual e afetivo” (Rogers, 2001 apud Araújo, Vieira, 2013, p.98).

Em seus estudos com a formação de crianças, Rogers percebeu duas

influências fundamentais: primeiro, de forma mais superficial, os fatores externos, que incluem o ambiente, a família, a condição socioeconômica, a cultura e o nível de educação; e depois os fatores internos, muito mais determinantes, como o autoconhecimento, o autodiscernimento, o senso de responsabilidade, e a aceitação. Em um estudo feito com jovens delinquentes, o indicador mais importante foi o autodiscernimento, que nada mais é do que a aceitação do próprio *self*.

O *self* nada mais é do que o autoconceito, “nossa imagem do que somos, do que deveríamos ser e do que gostaríamos de ser” (Schultz, Schultz, 2008, p.319), uma parte diferenciada do que Rogers chama de “campo experiencial”. Este, por sua vez, envolve as referências, experiências e influências para a pessoa, as quais dependem da percepção. Rogers baseia-se nas ideias da Fenomenologia, ciência que diz que “a única realidade da qual podemos estar seguros é o nosso próprio mundo de experiências” (Schultz, Schultz, 2008, p.318).

Ao perceber as experiências, a pessoa poderá vivenciar dor, luto, alegria, e qualquer outro sentimento, seja bom ou ruim, mas nunca de forma passiva, visto que todos possuem uma tendência atualizante, uma motivação para se realizar, manter e aprimorar o *self*. Schultz e Schultz (2008, p.314) dizem que “Rogers propôs uma motivação única, nata e imprescindível: a tendência a atualizar e desenvolver nossa capacidade e nossos potenciais, [...] atualizar o *self* para tornar-se [...] uma pessoa em pleno funcionamento”.

Para Rogers (1974), a aprendizagem consiste justamente nesse processo de tornar-se aquilo que se é, buscar o funcionamento pleno dessa pessoa, descobrindo habilidades, capacidades e motivações. Para isso, inicialmente é necessário receber estímulo e aceitação externa. Rogers (apud Schultz, Schultz, 2008) diz que, ao nascer, o bebê já depende da aceitação e do amor da mãe, e aos poucos vai se libertando dessa dependência, porém, principalmente na infância, a aceitação da mãe, depois do pai e das demais pessoas do círculo familiar e social, é indispensável para que a criança crie segurança em si mesma.

Nesse sentido:

Com o desenvolvimento da noção de “eu”, o indivíduo passa a precisar da consideração positiva de pessoas significativas. Inicialmente, é importante que os pais ofereçam aceitação positiva incondicional à criança, pois, para ela, o seu mundo são as suas experiências e a possibilidade de ser aceito incondicionalmente validará a experiência vivida (Miranda, Cury, 2010,

Araújo e Vieira (2013) ressaltam que o ser humano precisa dessa confiança em si mesmo, e que esta se desenvolve a partir da consideração positiva depositada nele. A consideração positiva reflete a “aceitação, amor e aprovação dos outros” (Schultz, Schultz, 2008, p.319).

Rogers (1974) aponta a importância do trabalho em grupo, que é indispensável no processo de descoberta e desenvolvimento do *self*. Segundo Schultz e Schultz (2008) e Araújo e Vieira (2013), isso é visto de forma bastante significativa nos grupos de terapia, os quais eram muito incentivados por Rogers como forma de lidar com as incongruências a partir da aceitação e suporte dos membros do grupo, e também na sala de aula, pois a escola permite o contato com pessoas em nível de desenvolvimento bastante parecido.

Outros conceitos trazidos por Rogers e que são importantes para a compreensão da aprendizagem são: a congruência; combinação entre vivência e consciência, ou seja, expressão e percepção análogos entre si, caso contrário, a incongruência que nada mais é que a falta de comunicação ocorrerá deixando de existir aprendizagem significativa. (Rogers, 1902, p.325). Partindo desse pressuposto, imaginando a relação congruente entre professor-aluno, onde ambos possuem o saber escutar, compreender, conscientizar e aceitar se a si mesmo sendo dessa forma totalmente congruentes, os resultados serão positivos.

1.1 A entrada na adolescência e os últimos anos do ensino fundamental

Independentemente de qual teoria psicológica se utilize, a adolescência é definida como um período de crise, pois há mudanças ocorrendo em diversos aspectos da vida da pessoa, a qual está passando da infância para a vida adulta e por isso precisa responder à uma série de modificações internas e exigências externas (Miranda, Cury, 2010). Para algumas teorias, como a Psicanálise, a infância tem influência fundamental nesse processo, e também na vida adulta, e a personalidade se desenvolve a partir das primeiras relações já estabelecidas com os pais. Na teoria Humanista, entretanto, dá-se ênfase ao presente (Schultz, Schultz, 2008).

Rogers “sugeriu que a personalidade poderia ser entendida [...] baseada em

experiências subjetivas”, pois somos seres racionais governados por uma percepção consciente de nós mesmos e de nosso mundo experiencial” (Schultz, Schultz, 2008, p.314). Não se trata de uma teoria do desenvolvimento, mas de uma forma de observação da personalidade, e que pode ser aplicada de forma satisfatória no período que hoje se chama “adolescência”.

Cabe dizer que a adolescência é uma divisão recente, datada do século XX, e serve para explicar justamente uma espécie de hiato no qual vivem as pessoas entre 12 e 18 anos, que já não são mais consideradas crianças e que ainda assim não estão com a personalidade suficientemente formada para atender às demandas dos adultos. Na legislação brasileira, a adolescência é um período da vida que merece atenção especial. Nas teorias, trata-se de um período de mudanças: hormonais (aparecimento de pelos, alteração no tom de voz, menstruação), corporais (crescimento dos seios, evidência dos órgãos sexuais), sociais (mudanças na família, separação progressiva dos pais, importância do grupo de amigos, busca por ídolos), escolares (novas disciplinas e cobranças quanto ao futuro), dentre outras (Aberastury et al., 1990).

Se considerarmos a teoria humanista, pode-se dizer que o *self* adolescente ainda está em formação, conforme sugere Mota (2012), portanto, é comum que os adolescentes autodenominem a “busca por si mesmos”, ou seja, se denominem pessoas em busca da própria personalidade – o que implica em ampla relação com o processo de aprendizagem, de aprender a ser.

O fenômeno da adolescência é compreendido aqui como parte do processo de crescimento que se desenrola a partir da tendência atualizante, e está intimamente vinculado à qualidade das relações humanas que são estabelecidas com pessoas significativas (Miranda, Cury, 2010, p.391- 2).

Para as autoras Miranda e Cury (2010), o adolescente se desenvolve em um contexto sociocultural cada vez mais complexo e globalizado. Para Aberastury et al. (1990), o adolescente tem acesso à parte da cultura, se desenvolve em um contexto próprio, cria ídolos, consome bens e serviços; consolidam seus gostos e determinam alguns planos e objetivos de vida. Ao mesmo tempo, vivem sob dependência dos pais, exigem cuidado e atenção dos professores, tentam quebrar regras e contestar o sistema para serem percebidos e notados enquanto sujeitos.

O adolescente contemporâneo tem acesso às mídias e redes sociais, às tecnologias, e seu desenvolvimento é bastante rápido (Aberastury et al., 1990).

Entretanto, a realidade socioeconômica é diferente, e isso reflete em diferentes oportunidades e acesso cultural, o que pode impactar de forma significativa o aprendizado. Por exemplo: na escola pública, os conteúdos curriculares são mais amenos do que nas escolas particulares, as quais dão mais ênfase em conhecimentos complexos necessários para passar no vestibular (Barbosa, 2015).

Ao mesmo tempo, essas diferenças podem impactar no adolecer, pois é mais comum que os alunos da educação pública e os menos favorecidos economicamente apresentam mais dificuldades, pois vivem em um contexto marginalizado (Barbosa, 2015; Miranda, Cury, 2010).

Como exemplo, vemos um estudo das autoras Miranda e Cury (2010), que contemplou adolescentes da periferia, demonstrando um meio social marcado pela pobreza, exclusão, violência e falta de recursos, os quais geram impedimentos ou barreiras para o desenvolvimento.

É como se o meio, por si só, fosse limitante e condicional. Porém, há uma expressão cultural que se destaca: a dança, que engloba o hip-hop, o grafite e a música. Através dessa cultura os adolescentes podem se identificar entre si e expressar sua personalidade, recebendo estima incondicional por parte do grupo.

O que se destaca do estudo é que a narrativa engloba a fala dos próprios adolescentes, conforme propõe Rogers ao apresentar que cada experiência é subjetiva, portanto, uma análise ou processo terapêutico sempre deve centrar-se na própria pessoa. Para um dos participantes, a dança era uma forma de expressão, que o ajudava a se organizar e a viver de forma criativa. Para outro, “manifestava o desejo de viver a liberdade de ser ela mesma” (Miranda, Cury, 2010, p.393).

O importante aqui é ressaltar a importância e o sentido da experiência. Foram vários participantes, mas, embora todos morassem na mesma comunidade e frequentasse a mesma escola, cada um possuía suas próprias necessidades dentro das atividades realizadas, e, principalmente, tinham sua própria percepção. Essa é uma importante característica do adolescente: embora valorizem o grupo e o status, cada experiência adquire um sentido único e subjetivo – o que vai totalmente de encontro com a teoria proposta por Rogers (Miranda, Cury, 2010).

Não apenas as relações familiares são importantes para o desenvolvimento de um centro pessoal de avaliação que possibilite o abrir-se de modo congruente às experiências. Também a qualidade das relações interpessoais

que se estabelecem no contexto da escola é fundamental neste processo, sobretudo na adolescência, momento em que o jovem tende a abrir-se para as relações extrafamiliares e a experimentar um interesse crescente pelo mundo que o circunda (Miranda, Cury, 2010, p.396).

Para Miranda e Cury (2010), a escola é uma “simulação da vida”, porque possui valores, relações, aprendizagens, regras, consequências, e possibilidades criativas e de liberdade. Porém, mais do que a importância dos conteúdos científicos, essa escola deve estimular a busca de si mesmo.

Isso é visto de forma bastante clara no artigo de Mota (2012), o qual traz a experiência de um adolescente português de classe média que passa por um momento de muita angústia, com baixo rendimento escolar, e falta de aceitação dos pais por ter se declarado homossexual. O adolescente percebe-se como aprisionado, incompreendido e revoltado, entretanto, relata ter muito medo de perder as figuras significativas que lhe dão afeto. Nesse sentido, embora os pais lhe deem uma consideração positiva condicionada à sua sexualidade, o adolescente encontra no grupo de amigos da escola uma estima incondicionada, levando à identificação.

Lidar com a incongruência foi o objetivo principal da terapia dessepersonagem (Mota, 2012).

Já os adolescentes do ensino fundamental destacados na pesquisa de Sasaki et al. (2014) relatam especialmente sobre o dia da avaliação, no qual ficam nervosos, ansiosos, tristes, com medo de fazer algo errado. Para eles, é preciso lidar com suas expectativas: a do professor, que exige notas boas, e principalmente a dos pais, que é muito mais angustiante, pois estes reclamam e exigem melhor rendimento escolar caso as notas das provas sejam ruins.

Todos os alunos parecem reconhecer a importância dos estudos, entretanto, um dos participantes diz “eu gosto de estudar, mas não sei o por quê” (Sasaki et al., 2014, p.83). Aqui, considerando uma abordagem centrada na pessoa, cabe ao professor esclarecer aos alunos a importância do estudo escolar, qual a função da escola, o motivo para estarem aprendendo aqueles conhecimentos, pois só assim é possível tornar a aprendizagem mais significativa, no sentido de abranger as expectativas e percepções desses alunos.

No caso específico das últimas séries do Ensino Fundamental, trata-se de uma etapa indispensável para a conclusão do Ensino Básico e entrada no Ensino

Médio – o qual, por sua vez, é o ápice de socialização e de aquisição dos conhecimentos necessários para entrada na faculdade e/ou no mercado de trabalho. Assim, tanto a adolescência quanto os últimos anos do Ensino Fundamental (o que no Brasil abrange o 7º, 8º e 9º ano) compreendem uma etapa de passagem necessária para o desenvolvimento escolar, profissional e, principalmente, pessoal.

Para Barbosa (2015), o ensino é marcado por tentativas de normatividade e normalização, ou seja, de criar alunos considerados normais, adaptados, disciplinados. Porém, se essa parece ser uma tarefa fácil nos primeiros anos escolares, quando se lida com crianças, a adolescência reflete uma dificuldade para os educadores, pois trata-se de indivíduos que estão buscando mais autonomia e pensamento crítico. Logo, percebe aumento nas dificuldades de aprendizado, questionamentos, problemas de comportamento, repetência e evasão.

Embora pareça não haver uma resposta científica para tal problemática, é importante refletir sobre o tipo de educação que se constrói nessas últimas séries do Ensino Fundamental, pois é nessa fase que o aluno desenvolverá uma parte significativa dos seus gostos, interesses e relações sociais – e o professor precisa estar preparado nessa fase, mais do que em qualquer outra, para receber esses alunos cada vez mais ativos, criativos e autônomos.

Há diversas obras de Rogers que podem ser adaptadas para a Educação, como “Sobre o poder pessoal”, “A terapia centrada no paciente”, “Tornar-se pessoa”, “Liberdade para aprender” e “Um jeito de ser”. O autor traz características que tanto os professores quanto os alunos devem possuir para potencializar sua aprendizagem e tornar-se pessoas em pleno funcionamento. Além disso, segundo Araújo e Vieira (2013), é necessário abordar as práticas pedagógicas do professor, pois estas envolvem “a forma como o professor articula o conteúdo, avalia, realiza o planejamento, interage com os alunos e utiliza as estratégias de ensino” (ibidem, p.100).

Rogers (1971) fala sobre a aprendizagem significativa, que é aquela que leva ao contato subjetivo, à aproximação com a experiência, criando valores e até mesmo incentivando a cultura. Esses valores englobam: sinceridade, autoconhecimento, respeito, independência, responsabilidade, capacidade de relacionamento interpessoal, receptividade social, e abertura às experiências. Obviamente, estão

todos relacionados entre si, pois, por exemplo, uma pessoa com respeito e autoconhecimento será capaz de ser responsável por si, pelos próprios sentimentos e comportamentos.

A questão da responsabilidade é um tema difícil dentro das escolas brasileiras, que vivenciam hoje uma crise educacional generalizada. A família delega à escola a educação completa dos alunos, esquecendo-se da base familiar indispensável. Já a escola culpa os pais pelo insucesso, ao receber alunos sem comprometimento e/ou motivação com os estudos.

Mogika (1999) traz uma discussão interessante ao dizer que a liberdade é inata ao ser humano, que somente no contato social adquire as normas necessárias para controlar seus desejos e vontades. Porém, o objetivo da educação seria o de transformar a liberdade inconsequente por uma liberdade autônoma. Para o autor:

A autonomia é [...] um processo que precisa ser construído, [...] a capacidade da criança se auto-regular, na relação com as necessidades de seus semelhantes. Este processo é considerado aqui como resultante de um diálogo entre a potencialidades da criança e os elementos externos ao seu eu: a cultura e as relações sociais. Quando esta interação não é coercitiva e nem permissiva, dar-se-iam as condições necessárias para a estruturação saudável do eu, isto é, o processo de formação humana (Mogika, 1999, p.57)

Para Rogers (1971), a liberdade é assustadora e pode paralisar muitas pessoas, em especial os adolescentes, que se veem confusos: não recebem mais tantas proibições, como quando eram crianças, mas também não gozam de liberdade plena, como supõem nos adultos. Segundo Miranda e Cury (2010), isso não significa que os adolescentes não precisam de limites. Pelo contrário, é necessário regras e demarcações, pois estas organizam a existência, estimulam a criatividade e a espontaneidade. Entretanto, “para isso é necessário envolver-se de modo que os contenham, suportando suas reclamações e protestos, processo que não é fácil” (ibidem, p.398).

Quanto a avaliação, há alguns elementos motivacionais e/ou subjetivos a serem considerados: se um estudante apresenta dificuldades de aprendizado e não é compreendido pelo professor, ele percebe expectativas que não pode cumprir (estima condicional); o comportamento em sala, taxado como bom ou ruim, também influencia na percepção que o estudante tem de si mesmo e da expectativa do professor. Em muitos casos, conforme aponta a pesquisa de Collares (1995 apud

Sasaki et al., 2014), a partir de uma primeira avaliação, feita no primeiro bimestre, o professor já identifica quais serão os “alunos-problema”, que apresentariam dificuldades ou reprovariam. Esse diagnóstico precoce é bastante prejudicial, pois coloca no aluno uma expectativa ou rótulo que ele não conseguirá superar por não ter a estima positiva do professor.

De uma forma geral, a avaliação é realizada no sentido de medir, examinar e classificar o aluno como apto ou inapto para continuar os estudos. Porém, conforme os próprios Parâmetros Curriculares Nacionais (1997 apud Sasaki et al., 2014), é preciso realizar algumas mudanças nessa concepção, compreendendo a avaliação como uma parte do processo de ensino-aprendizagem, visto que é através dos exames que o professor poderá compreender as dificuldades e habilidades dos seus alunos, proporcionando um ensino mais direcionado às capacidades de cada um.

Além disso, “ao refletir sobre o trabalho em educação com adolescentes, Rogers questionou-se sobre o quanto os estudantes realmente são colocados em um clima de confiança e facilitador da autodireção” (Miranda, Cury, 2010, p.397).

Sasaki et al. (2014) aponta que o fracasso escolar tem como consequências a evasão e a repetência. Para os alunos, trata-se de um atestado de sua suposta incapacidade ou inadequação às normas ou exigências escolares, o que é extremamente prejudicial para todo o seu desenvolvimento – visto que a escola possui duas funções principais: colocar o aluno em contato com os conhecimentos historicamente acumulados, e ser um local de socialização. Rogers não utilizava testes psicológicos ou outras formas de avaliação. A terapia centrada na pessoa admitia uma única forma de avaliar a personalidade: as experiências subjetivas (Schultz, Schultz, 2008); portanto, se levarmos para a realidade da sala de aula, pode-se pensar em alguma técnica que envolva a autoavaliação. Nesta, o aluno poderá perceber seu mundo experiencial de forma mais clara, definir seu autoconceito e avaliar possíveis distorções ou incongruências nas suas experiências.

Logo, a autoavaliação relaciona-se com as três características que o professor deve ter (aceitação incondicional, congruência e compreensão empática), pois revelam a autenticidade desse professor e motivam no aluno a sua própria autenticidade e autonomia (Araújo, Vieira, 2013).

1.2 Apresentando propostas de políticas públicas que atendem a demanda da fase da adolescência, proporcionando aprendizado significativo

- Adequação da estrutura organizacional de forma a garantir a autonomia do adolescente;
- Abolir o ensino por série;
- Obrigatoriedade da contratação de profissionais psicólogos em cada escola para trabalhar a “orientação vocacional” dos educandos;
- Implementar parcerias entre diversas organizações e Instituições que prestam cursos profissionalizantes, afim de facilitar a escolha a capacitação e a profissionalização do educando;
- Possibilitar o contato e a experimentação dos diversos ramos de atividades; (profissões)

2. Conclusão

No desdobrar do presente trabalho percebemos que há poucas pesquisas sobre o tema e se evidenciou a necessidade de outros estudos, especialmente de âmbito prático.

Rogers foi inovador ao postular sua Teoria Humanista, pois criou uma abordagem totalmente centrada na pessoa, visando o desenvolvimento do *self*, de uma pessoa autônoma e congruente. Ao evidenciar os conceitos humanistas, como a aceitação/estima positiva incondicional, a congruência, a autenticidade, e as noções de aprendizagem significativa, evidenciou-se grandes contribuições dessa teoria para a Educação, especialmente ao lidar com pessoas supostamente desajustadas, como os adolescentes.

Conforme observado ao longo do trabalho, o adolecer pressupõe crises, e é claro que se trata de um processo natural, para o qual não há cura ou fórmulas de atuação. Pelo contrário, a única necessidade é a consideração positiva, a qual levará o adolescente a se desenvolver de forma plena, aceitando suas experiências e formando uma personalidade congruente.

Para os autores pesquisados, o papel da escola e, conseqüentemente, das

políticas públicas é propor atividades teóricas e práticas que estimulem e ampliem a autonomia e a autoconfiança dos adolescentes. O objetivo não pode ser o de criar pessoas disciplinadas e com amplo conteúdo acadêmico, prontos para passar no vestibular e assumir um local no mercado de trabalho, mas deve ir muito além disso: buscar mudanças nos padrões, incentivar um desenvolvimento psicológico saudável, dar suporte para as flutuações de humor e para as mudanças corporais inevitáveis, colocar limites, permitir o pertencer, e abrir espaço para a auto-avaliação. A escola precisa ser um lugar de experiências e aprendizagens significativas.

REFERÊNCIAS

- ABERASTURY, A. [et al.]. **Adolescência**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- ARAÚJO, Eliana Silva Cassimiro de; VIEIRA, Vânia Maria de Oliveira. Práticas docentes na Saúde: contribuições para uma reflexão a partir de Carl Rogers. **Psicologia Escolar e Educacional**, v.17, n.1, pp.97-104, 2013.
- BARBOSA, Manuel Gonçalves. Educação e ambiguidades da autonomização: para uma pedagogia crítica da promoção do indivíduo autônomo. **Rev. Bras. de Educação**, v.20, n.63, pp.995-1008, 2015.
- CASSINS, Ana Maria. [et al.] **Manual de psicologia escolar – educacional**. Curitiba: Gráfica e Editora Unificado, 2007.
- DUARTE, J. Ponte para a educação. **Rev. Educação**, ed. 187, Seção Currículo, nov.2012.
- MIRANDA, Renata Marques Rego; CURY, Vera Engler. Dançar o adolescer: estudo fenomenológico com um grupo de dança de rua em uma escola. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v.20, n.47, pp.391-400, set./dez.2010.
- MOGILKA, Maurício. Autonomia e formação humana em situações pedagógicas: um difícil percurso. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.25, n.2, pp.57-68, jul./dez,1999.
- MOTA, Catarina Pinheiro. A fuga de André: uma intervenção psicoterapêutica. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v.29, supl.1, 809-820, out.dez.2012.
- PACHECO, José. **José Pacheco e a Escola da Ponte**. [abr.2004]. Entrevistadora: Cristiane Maragon. *Rev. Escola*, Ed. Abril, 2004.
- ROGERS, Carl R. **A terapia centrada no paciente**. Lisboa: Moraes Editores, 1974.

ROGERS, Carl R. **Tornar-se pessoa**. 5ª Ed. – São Paulo: Martins, 1997.

ROGERS, Carl R. **Liberdade para aprender**. Trad. E. Machado, M. P. D. Andrade. Belo Horizonte: Interlivros, 1971.

SASAKI, Karen [et al.]. Percepções de estudantes do ensino fundamental sobre sua avaliação de aprendizagem. **Psicol. Escolar e Educacional**, Maringá, pp.77-86, v.18, n.1, jan./jun.2014.

SCHULTZ, Duane P.; SCHULTZ, Sydney Ellen. **Teorias da personalidade**. Trad. Eliane Kanner. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

Recebido em 23/12/2023

Versão corrigida recebida em 12/04/2024

Aceito em 20/06/2024

Publicado online em 30/08/2024